

E POR FALAR EM ÁGUA... COMO ESTAVA ELA EM ALGUNS MOMENTOS DO SÉCULO XIX NA CIDADE DE CAMPINAS?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Relendo antigos cronistas, velhos periódicos campineiros, além da documentação atinente, só tenho a lamentar o caos que a Princesa D'Oeste se encontra nos dias em que vivemos, deplorando seu antigo manancial!

Se até os anos de 1.837 as fontes de águas cristalinas eram constantes na cidade, e os chafarizes bem demonstravam a abundância e pureza delas em Campinas, a ausência de adequado planejamento ao longo do processo histórico acabou por deixá-la como está: poluída, escassa e sujeita a racionamento! Todavia, problemas com o saneamento sempre existiram.

A preocupação parece sempre ter sido, ao longo do tempo, em tapar buracos, refazer muros, abrir novas formas para captação do líquido já considerado *precioso* e vistoriar antigas chácaras por estarem cercado suas aguadas, uma vez que os proprietários de terrenos onde as hortaliças eram cultivadas, preocupavam em represar a água em locais mais elevados a fim de impedir que os moradores de lugares mais baixos se utilizassem da corrente líquida em quantidade abundante. Relembro, só para exemplificar, a lavanderia pública que existiu nos fundos da casa do pai de Carlos Gomes: antiga rua da Bica Grande - Irmã Serafina e Avenida Anchieta - melhor localizando, defronte ao prédio onde se encontra a saudosa Escola Normal “Carlos Gomes” (prefiro a ela assim me referir...) onde lavadeiras negras e brancas se reuniam para utilizar d'água que vinha do Bairro Alto e que por lá correu até a década dos anos 1960 (foi coberta

em decorrência do calçamento efetuado dessa via pública), que também se escasseou.

Desde 1839, a Câmara Municipal de Campinas¹ indicara o Coronel José Franco de Andrade, o Tenente Antônio Rodrigues de Almeida e Serafim Gomes Moreira como encarregados do tratamento dos encanamentos das águas do Bairro Alto a fim de trazê-las até o Largo existente entre a Matriz Nova e o Teatro Carlos Gomes, onde deveria ser edificado um chafariz e canalização adequada, a fim de evitar que as águas das enxurradas, quando da ocorrência de fortes chuvas na cidade, trouxessem sujeira e contaminassem a água da bica.

Mas, em 1840, também a bica de Santa Cruz estava muito ruim, tendo seu proprietário - José Guedes Pinto - devido a construção de um paredão que fizera próximo a ela levado pesada multa decorrente da construção mal feita que, após forte chuva, entupiu toda a referida bica, deixando sem água a população que dela se servia².

É de se notar que os chafarizes do Bairro Alto e o de Santa Cruz eram, na época, os mais importantes de Campinas, advindo daí a preocupação dos representantes do povo de estarem vigilantes para que nada viesse a prejudicar seus moradores (bons tempos aqueles...) inclusive tratando também para que a *porcada* não continuasse a escavar próximo as aguadas públicas. Mas, não apenas os porcos foram objetos de reclamações e multas aplicadas: também os formigueiros foram alvos dos fiscais municipais dada a quantidade deles próximos às referidas bicas.

A Bica do Serafim, nessa análise geral que ora faço, foi igualmente alvo de questões, pois, o Sr. Evaristo Manuel de Almeida, mandou fechar boa parte de suas cabeceiras existentes em seu quintal, além da aguada pública da Rua do Picador (atual Marechal Deodoro) que também foi atingida. A Câmara, através do Vereador Quirino do Amaral Campos³ mandou proceder vistoria no dito local, revelando ser esse procedimento contrário às *Posturas* por se achar o terreno aberto à utilização pública.

(¹) Campinas, Câmara Municipal. *Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campinas, 1839*. Caixa nº 1 / 2, Pasta 1839.

(²) Idem, 1840. Caixa nº 3 / 4, Pasta 1840.

(³) Campinas, Câmara Municipal. *Seção Camararia*, janeiro, 11, 1845.

O problema d'água, portanto, é histórico em Campinas e, após os surtos epidêmicos de febre amarela e do cólera, os esforços das autoridades redobram, temendo ainda a ocorrência de estiagens prolongadas que poderiam provocar extinção d'água na cidade.

Foram então tomadas providências (1845-8) para que mais um chafariz fosse construído no Pátio da Matriz Nova (já havia um atrás da Igreja). Houve por bem a comissão nomeada para estudar a solicitação feita pelo Vereador Diogo Benedito dos Santos Prado que fosse colocado o dito chafariz no Largo do Rosário, com água potável e fonte de repuxo.

A preocupação dos edis caminhava sempre para a construção de outros chafarizes, prevendo possíveis caos futuros, mas, não descurando também com relação às correntes d'água que pudessem danificar a população, principalmente pela sujeira que grassava na cidade decorrente de animais que, soltos, perambulavam pela Campinas.

A Rua das Casinhas (atual General Osório) era muito prejudicada, principalmente entre a rua da Bica Grande (Irmã Serafina) e a de Baixo (Luzitana). A preocupação era sempre a mesma: canalização do líquido potável até as moradias sobretudo temendo epidemias, causadas não apenas pela água como pela poeira que cobria a cidade com fortes ventanias que sempre a assolavam (segundo a tradição...ventos provenientes de Jundiaí...).

Tudo leva a crer que os empreiteiros de obras daquela época não tinham o necessário conhecimento para fazerem frente ao tipo de construção necessária que pudesse evitar transtornos com o fornecimento d'água. Dessa forma, áreas existentes entre o Largo do Jorumbeval e a do Teatro eram as mais sofridas pois, tais empreiteiros não se preocuparam em nivelar os terrenos, o que levou ao aparecimento de grandes buracos que *engoliam*, principalmente à noite, os desatentos que por aquelas áreas transitassem.

Foi tão somente no ano 1863 que o Vereador Dr. Ricardo Gumbleton Daunt solicitou *Posturas* que viessem a regularizar as atividades das lavadeiras nas aguadas, dados os conflitos múltiplos existentes entre elas, além de aconselhar (em 1864) estudos permanentes das vertentes d'água utilizadas pela população, objetivando melhor qualidade de vida ao povo campineiro e, dessa forma, tentando evitar poluição maior. Recomendou ainda todos os proprietários de imóveis fizessem encanamentos em suas casas.

A água do Pelourinho foi a primeira a ser submetida a esses estudos/análises d'água, procedida pelo botânico Corrêa de Melo que a achou imunda, e, portanto, nociva à saúde⁴.

A melhor água parece ter sido mesmo a da Bica/Chafariz do Serafim em decorrência de sua pureza (isso em torno de 1870).

Em 1872, com a preocupação cada vez maior de oferecer água potável à cidade e atendendo já ao aumento de estabelecimentos comerciais e industriais em Campinas, um grupo de *homens bons* requereu à Câmara para que pudesse ser fornecida água potável para Campinas, propondo, basicamente, que ela seria de uso público e particular, com um mínimo de quatro chafarizes nas principais praças da cidade, contendo canalização geral, com tubos de ferro esmaltados e/ou de chumbo e/ou de barro cozido, caixas para filtração d'água e grandes reservatórios. Os chafarizes deveriam ser de bronze, granito ou mármore, além de possuir repuxos, pelo menos com quatro torneiras e candelabros que os iluminassem a noite.

A primeira canalização d'água realizada foi a do Tanquinho em decorrência de proposta apresentada e aprovada do Vereador Rafael de Abreu Sampaio.

Além dessa construção e captação junto ao Tanquinho que carregava água encanada para os chafarizes do Largo da Matriz Velha, também foi coberto o córrego que descia do alto da cidade - próximo à rua de São José (atual 13 de Maio) - a fim de evitar que suas águas, sobretudo em época de fortes chuvas, transbordassem de suas margens, gerando aumento de charcos pelos caminhos (1877). Nesse mesmo período apareceu o primeiro *aguateiro*⁵ da cidade, ou seja, aquele que fornecia água potável em pipas, percorrendo as residências de Campinas, que solicitou permissão à Câmara para colocar *bomba de couro em um dos chafarizes existentes no Largo do Jorumbeval a fim de facilitar seu serviço*.

⁽⁴⁾ Seu parecer datou de 20 de setembro de 1864 e apresentava, entre outros argumentos, a presença de extrato de amônia, nitrato de barita e de prata, indicando a presença de sal calcário. Isso talvez tenha sido decorrência da presença de armazéns de sal que existiram na Rua do Comércio (atual Dr. Quirino) e na de Baixo (atual Luzitana) muito próximas ao Largo do Pelourinho.

⁽⁵⁾ A 12 de Novembro de 1877, Manoel Joaquim, um indivíduo pobre e modesto chegou a bem entender as necessidades de sua gente, sobretudo por compreender os momentos difíceis que a cidade já enfrentava com os casos de varíola, tornando-se grande batalhador para melhoria dos veios d'água campineiros.

È bom que se lembre que vários atos de vandalismo ocorreram nos chafarizes - os mais atacados, foram os do Largo do Rosário, do Teatro e da Matriz Velha - tornando-se motivos de críticas e de uma série de *trovinhas cáusticas*, das quais saliento, pelo seu pitoresco e por se referir ao Chafariz do Largo do Rosário, então considerado um verdadeiro *modelo de mausoléo*:

Meninas, minhas meninas,

Se eu pudesse sê mecê...

Punha fogo na cidade...

Que é pra se vê...⁶

Realmente Campinas deveria estar um horror, pois, como já dizia o ditado, *a voz do povo é a voz de Deus...*

Campinas, por não possuir boa posição topográfica, não apresentava lugar apropriado para despejo de águas servidas e muito menos espaço para depósito de matérias fecais então depositadas dentro da cidade e que acabaram por poluir a atmosfera devido a exalações mefíticas. Daí a preocupação dos administradores da época em mandar construir esgotos, dessecamento dos terrenos pantanosos que existiam ao longo de praças importantes da cidade, como era o caso das de Carlos Gomes e Corrêa de Melo - então depósitos de lixo e águas servidas. Além disso, a própria Câmara lançava nesses locais resíduos provenientes da limpeza de toda a cidade.

A necessidade de higiene e salubridade pública fez com que os chamados *homens bons* da cidade, seus edis, se preocupassem, em prevenir seu espaço, até porque moléstias de estômago, fígado, e intestino já estavam ficando comuns na urbe. Portanto, o dessecar dos brejos existentes na cidade, a plantação de árvores e grama chegou a ser a grande fonte de preocupação dos homens públicos a fim de tornar Campinas higiênica e arejada.

Ao mesmo tempo em que tais inquietações ocorriam, fora inaugurado o Chafariz da Praça Carlos Gomes (4/12/1882), ao lado do aumento de vendedores d'água (com pipas e carroças). Tais *aguateiros* percorriam então o centro e os ainda poucos bairros da cidade vendendo água pura.

⁽⁶⁾ *Diário de Campinas*, out, 25, 1878. Segundo o periódico, foi um homem do povo que improvisou esta trova.

A 21 de abril de 1883, a *Gazeta de Campinas* principiou a divulgação do contrato *para abastecimento de águas e serviços de esgotos da cidade*. Todavia, à população ficava ainda assegurado o uso dos rios, ribeiros, tanques, chafarizes e vertentes existentes.

A 7 de julho de 1877, foi então organizada e constituída a Companhia de Águas e Esgotos que deveria cumprir, entre outros dispositivos, a compra de um terreno além da linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro a fim de que lá fosse construído um reservatório d'água.

O Dr. Daunt fora contra a construção além do bairro da Ponte Preta para o reservatório dessa Companhia, alegando que o terreno seria útil quando de futuro aumento do perímetro urbano da cidade.

O manancial de Pirapitingui até então desprezado pelos técnicos da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, passou a ser objeto de interesse pelo poder público, o mesmo ocorrendo em relação à Rocinha, à margem do riacho Bom Jardim, que embora já apresentasse sua água um pouco poluída (1890), dada a existência contígua de chiqueiros e latrinas⁷, constituíram as saídas possíveis daquele momento para que a higienização urbana pudesse ocorrer.

Somente em 1896, com a atuação do Dr. Francisco de Sales Oliveira Júnior foi que se efetuou a construção dos serviços de Águas e Esgotos e a canalização do córrego de Anhumas, por proposta do Dr. Saturnino de Brito, completando, para a época, a melhoria do abastecimento e qualidade de água em Campinas.

Ao findar do século XIX a cidade estava corrigindo, aos poucos, os problemas atinentes a seus mananciais, na medida em que sua legislação, entre outros pontos, fora proibindo que os imóveis residenciais e industriais despejassem dejetos em seus cursos e veios d'água (1899-1903). Ainda, em 1905, também houve séria preocupação atinente às múltiplas obras de proteção relativas as nascentes da cidade.

Com isso, as lavadeiras prosseguindo em seu mister iam lavando suas roupas nas valetas, o que já estava ocasionando transtornos

⁽⁷⁾ Câmara Municipal de Campinas. *Ofício do Governador Sôbre Servidores Particulares ao Manancial de Água de Rocinha* (atual Vinhedo), outubro 6, 1891.

como, por exemplo, aquele que ocorria na confluência das ruas de Santa Cruz e Orosimbo Maia, próxima a olaria do Dr. Eduardo Lane, um dos locais preferidos por elas no bairro de Santa Cruz. Após lavarem suas trouxas, punham as roupas para enxugá-las ao ar livre, ficando essas mulheres por ali mesmo na valeta. Só após a secagem das mesmas é que iam embora, o que em muito atrapalhava o tráfego já existente.

Episódio como o acima lembrado era freqüente em Campinas e somente quando os serviços de esgotos foram instalados na urbe foi que tais problemas principiaram por aliviar as autoridades.

Em verdade, já se faziam necessárias obras públicas para melhor desenvolvimento da cidade que iam além do aformoseamento de suas ruas, do evitar de precipícios, da substituição do antigo sistema de fossas por latrinas⁸, mas, também, da construção de pontes no município (nos rios Jaguari, Atibaia e Capivari) o que só veio a se efetivar muito tempo após o findar do século XIX, quando então os mananciais de água destinados ao uso de sua população chegaram a apresentar um dos mais perfeitos serviços de captação.

No momento cumpre-me dizer que ao longo do período ora rapidamente estudado, a atuação do poder municipal em assuntos que diziam respeito à higienização d'água, manutenção e distribuição dela, visando a saúde da população, vieram num contínuo crescer, quer fosse por obrigação que lhe conferia a Corte e, posteriormente, o Governo Republicano, quer por força do Estatuto Municipal, ora intervindo, ora questionando, mas, não se podendo negar o empenho e atuação da Câmara que, por repetidas vezes tentou remediar uma série de surtos endêmicos e epidêmicos pelos quais Campinas passou e que acabaram por criar no imaginário social um verdadeiro *pavor* que impediu à grande parte de sua população reconhecer de imediato a sensível transformação sócio-econômico-cultural já vivenciada pela cidade desde meados do século XIX.

⁽⁸⁾ Vale lembrar que ainda em 1893 fora requerido ao Intendente da Higiene e Instrução Pública a substituição do antigo sistema de fossas pelas modernas latrinas da Companhia de Águas e Esgotos.
Sobre o assunto consultar: Campinas, *Arquivo Público e Histórico da Cidade*, Caixa 1893 -1901, cód. 0041/893, doc. nº 1.